



APELO AOS PROFESSORES E EDUCADORES

JUNTOS CONTRA A INJUSTA PROVA (PACC) QUE É MAIS UMA DESCONSIDERAÇÃO PELOS DOCENTES

O MEC quer impor a realização de uma designada prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) aos professores. Depois de pretender aplicar a todos os que não têm vínculo, vem agora o MEC anunciar a dispensa de alguns, procurando, através da divisão dos professores, fazer vingar a sua intenção de aplicar esta prova. Os professores e educadores a quem o MEC pretende impor a realização da prova têm a mesma habilitação para a docência que qualquer um outro professor, trabalhando lado a lado com esses seus colegas, lecionando nas mesmas turmas e assumindo os mesmos cargos nas escolas. O facto de terem menos de 5 anos de serviço não significa, para muitos, que não exerçam a atividade docente há bastante mais tempo, além de que, se fossem respeitadas a lei geral do trabalho e a diretiva comunitária que refere a vinculação, muitos deles já seriam do quadro.

Uma prova destas, como requisito para exercer uma profissão a que já se pertence, é tremendamente injusta para quem está obrigado a realizá-la, mas também perigosa para todos os que, dos quadros ou sem vínculo, não têm, para já, de a realizar.

Na verdade, se o MEC conseguir impor esta prova a alguns professores, nada impede que, no futuro, venha a impô-la aos restantes. Recorda-se que no relatório divulgado pelo FMI em janeiro deste ano, quando este se refere a uma alegada necessidade de afastar 14.000 docentes dos quadros para a “mobilidade especial” (prevista para aplicação no próximo ano letivo), é sugerida a realização de uma prova como forma de decidir quem, na Administração Pública, deverá ser afastado. Como se sabe, propostas do FMI são ordens para o governo.

São, pois, inúmeras as razões por que os professores e educadores dos quadros deverão rejeitar qualquer envolvimento que leve à viabilização desta prova. Um desempenho de qualidade por parte dos docentes garante-se através de uma formação inicial e contínua de qualidade, de um modelo de avaliação de desempenho que seja formativo e da existência de boas condições de trabalho nas escolas. Nunca por uma prova que, além do mais, constitui uma verdadeira desconsideração pelos professores.

Apela-se, assim, a todos professores e educadores, independentemente do seu vínculo, e também aos que se encontram desempregados ou aposentados [TODOS somos professores!], que lutem contra esta prova e denunciem a tremenda injustiça que ela constitui. E só há uma maneira de a inviabilizar, caso os tribunais ou a Assembleia da República não a travem: não haver um só professor do quadro disponível para vigiar ou classificar a prova.



Apelamos aos colegas que recusem essa tarefa que não consta sequer do conteúdo funcional da carreira docente, nomeadamente estabelecido pelo artigo 82.º do ECD. **Caso sejam selecionados para qualquer uma daquelas tarefas, apelamos para que adiram à greve** que, para o efeito, é convocada pelas organizações sindicais dos professores para dia 18 de dezembro a todo o serviço relacionado com esta prova.

SOMOS TODOS PROFESSORES. UNIDOS, VAMOS DEFENDER A NOSSA PROFISSÃO E A NOSSA DIGNIDADE!

As organizações sindicais de professores